

## BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM: DILEMAS E PERSPECTIVAS

CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. Base Nacional Curricular Comum: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018. 1º Edição.

Nesta obra, os autores Jamil Cury, Magali Reis e Teodoro Zanardi realizaram um trabalho que subsidia reflexões sobre a história da educação brasileira com foco no currículo, a perspectiva de conhecimento presente em uma educação escolarizada, a compreensão de base como currículo, uma crítica conceitual à ideia de educação, especialmente na educação infantil, e uma reflexão sobre a BNCC a partir de Paulo Freire.

Organizado em cinco partes, o livro inicia com o capítulo Por uma BNCC democrática, federativa e diferenciada, no qual são apresentados dados históricos que mostram como o currículo escolar, bem como a noção de cidadania que se deva expressar, foi-se construindo no país. Analisando as leis e o ordenamento jurídico no Brasil de 1823 até a atualidade, os autores refletem sobre o currículo mínimo, a gratuidade do ensino, a ideal de nação, as disciplinas obrigatórias nos diversos governos brasileiros, as diretrizes e planos nacionais, assim como a delegação de competências dos municípios e estados, tudo situado para que a questão da Base Nacional Comum Curricular esteja historicamente contextualizada.

No segundo capítulo do livro, BNCC e a universalização do conhecimento, os autores pensam sobre o potencial da educação escolarizada e seus limites, bem como seus enlaces com a BNCC.

Debruçando-se sobre os princípios constitucionais norteadores de uma educação em que o “respeito ao ser humano, à sua capacidade criadora e transformadora (valores sociais do trabalho), à liberdade e a pluralidade de ideias” (p. 57) sejam basicamente considerados, Cury, Reis e Zanardi pensam a questão da regionalidade e federalização do ensino e a necessidade de uma base curricular. Tecem, também, considerações que refletem sobre o porquê professores da educação básica “anseiam” por uma base, bem como as relações dessas questões com os cursos de licenciatura.

*Base Nacional Comum Curricular é currículo?* é o título do terceiro capítulo do livro, nele há importantes reflexões que relacionam conceitos de pensadores da educação e dados históricos, principalmente aqueles referentes à produção das versões da BNCC. Inicia-se com um questionamento sobre o que é o saber que deve estar em um currículo, bem como a percepção presente na base que, segundo os autores, é uma “concepção de currículo travestida de direitos de aprendizagem que, sob a ótica tecnicista e meritocrática, constituem-se em deveres de aprendizagem” (p. 66). Seguindo de uma reflexão sobre a ideia de neutralidade do conhecimento e o contexto educacional em meio a crises permanentes do capitalismo, o capítulo apresenta as concepções de saber de dois pesquisadores, Young e Saviane. Para

1. Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará, graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará, Professor de Filosofia do Ensino Médio na rede estadual de educação do Ceará (SEDUC/CE) e Professor de Filosofia na Faculdade Ratio.

o pensador inglês Michael Young, o saber presente nos currículos deve observar conhecimentos especializados que são pensados a partir dos conceitos de classificação, enquadramento e conhecimento poderoso. Já Dermeval Saviane, segundo os autores, propõe um saber que questiona a ideia de neutralidade, afirmando que o conhecimento objetivo e universal, produzido historicamente, deve amparar a construção de um currículo. A última abordagem deste importante capítulo, o mais extenso do livro, versa sobre a posição das associações de pesquisa, especialmente a ANPED, frente à produção da BNCC, no qual são apresentadas as posições críticas das instituições que, em geral, questionam em diversos aspectos a produção do documento e se colocam contrários à ideia de currículo nacional.

Cury, Reis e Zanardi, no capítulo intitulado *BNCC e Educação das novas gerações: limites conceituais*, debatem sobre a noção de experiência presente na base comum aprovada no Brasil em 2017 e presentes na teoria de filósofos frankfurtianos, como Adorno, Horkheimer e, especialmente, Walter Benjamin. O foco da análise é centrado na educação infantil, em que os autores afirmam que as experiências amparadas nas ideias de competências e habilidades, como versa a BNCC, fomenta uma semiformação, importante elemento na formação dos sujeitos que atendam aos interesses do neoliberalismo.

No último capítulo, intitulado *Habemus BNCC, mas Habemus Freire*, os autores desenvolvem uma argumentação com a apresentação de ferramentas conceituais criadas por Paulo Freire como meios para pensar o currículo escolar, entre eles a ideia de padrão escolar, ideologia, educação bancária, emancipação, leitura da palavra e do mundo, tema gerador e conhecimento contextualizado. Contrapondo a ideia de currículo que define parâmetros de formação, como a presente na BNCC, mas não negando a importância dos conteúdos historicamente produzidos pela humanidade, os autores desenvolvem uma reflexão subsidiada pela leitura de Paulo Freire, principalmente a referente à relação não hierarquizada entre Eu e Tu mediada pelo mundo.

O livro aqui analisado, *Base Nacional Curricular Comum: dilemas e perspectivas*, de Carlos Roberto Jamil Cury, Magali Reis e Teodoro Adriano Costa Zanardi, supre uma lacuna de textos que relaciona estudos sobre currículo e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois mesmo que muito discutida, necessitam-se de produções que possibilitem a comunidade acadêmica e aos docentes argumentos para pensar de forma crítica à política pública para a educação brasileira presente na BNCC, e que ainda está em construção, já que o currículo da etapa final do Ensino Médio, nos estados, ainda está em fase de conclusão. Os autores, ao lançarem mão da leitura benjaminiana e freiriana sobre a educação, possibilitam aos leitores realizarem um exercício de reflexão sobre a prática docente que fomenta uma formação diversa da semiformação, como pensada por Adorno e Horkheimer.

Dando atenção em diversas partes à educação infantil, especialmente no quarto capítulo, o livro é incipiente em reflexões sobre as demais etapas da educação básica, especialmente com o ensino médio, ponto de mudanças estruturais significativas, como a reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), aprovada um ano antes da publicação da obra aqui resenhada. A ausência dessas reflexões leva a questionamentos da obra, como dos pontos presentes no trecho abaixo:

O que deve se indagar a partir das concepções de currículo nacional: não seria no mundo vivido que o currículo escolar encontraria o seu sentido e possibilitaria o empoderamento dos sujeitos cognoscentes? Não seria o conhecimento contextualizado efetivamente potencializador para tomada de posse do real? E, por fim, não deveria os conhecimentos derivados da curiosidade dos educandos e educadores fazerem parte do currículo escolar? Para responder a essas questões, necessário, primeiramente, distinguir que ao carregar para o currículo escolar apenas conhecimentos ditados por “especialistas” acabamos promovendo o aprisionamento do conhecimento a ser escolarizado, a castração da curiosidade e o apoderamento do educando e não seu empoderamento. (p. 125)

Diante dessas colocações, que se amparam no entendimento de que as competências e as habilidades são construídas por especialistas e se distanciariam da vida dos estudantes, como diz

Paulo Freire, os defensores da atual BNCC rebateriam esses argumentos lançando mão, por exemplo, da diversidade de possibilidades presentes nos itinerários formativos que, em tese, serão pensados pelos professores. Desse modo, a ausência de uma reflexão que questione de modos outros as bases de construção da BNCC possibilitam o questionamento das questões levantadas pelos autores. Bem verdade que, como dizem, pode haver uma instrumentalização pela participação manipulada. Mas o modo como os argumentos foram construídos permite uma crítica em defesa dos pressupostos que amparam a atual BNCC.

Ainda sobre as limitações da obra, percebe-se que as críticas não problematizam como questionar os dados sobre o desenvolvimento da educação presentes no IDEB, por exemplo, que se amparam em critérios como competências e habilidades e é justificativa para o bom trabalho dos sistemas de educação. Junto a isso, questiona-se como estimular uma outra prática pedagógica que fomente uma experiência benjaminiana, como a citada no texto. Apresentar teses e não problematizar como agem as diversas instâncias que estimulam o que chamam de semiformação, bem como devem ser enfrentadas, é necessário em obras que tocam na questão.

Esse questionamento permanece quando pensamos no como explicar a adesão e o fortalecimento da definição de competências e habilidades como referência para o currículo. Mesmo com a diversidade de argumentos utilizados pelos autores, como a ação de organizações internacionais como a OCDE na definição das políticas públicas para a educação no Brasil, percebe-se que o referencial conceitual que ampara a discussão do livro, expresso por ideias como de luta de classes sociais, ideologia e dialética e outros, mesmo que possibilitem uma compreensão ampla dos problemas levantados no livro, não respondem satisfatoriamente as considerações acima feitas. Falta, a nosso ver, uma reflexão mais ampla sobre a ideia de neoliberalismo, pensada como racionalidade, que possibilite compreender o sucesso do investimento feito por organizações como a OCDE.

Entretanto, a obra cumpre o papel de situar o leitor nas discussões sobre a BNCC de forma ampla, pontuando as questões históricas, a luta das associações de especialistas, conceitos de currículo e do saber que devem estar em um currículo, a crítica a um currículo nacional, compartilhando de reflexões que auxiliem a pensar em uma proposta curricular que fomente efetivamente uma cidadania e uma vida em comunidade na qual todos possam ter condições de viver dignamente.